



APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL DA INSTITUIÇÃO CONFERENCIA VICENTINA SÃO JOSÉ

MARQUES, Rodinei Morais¹

Palavras Chaves: Inclusão, Cidadania, Portadores de Necessidades Especiais, Pessoas, Risco Social.

Introdução

A Inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiências, e Pessoas em Risco Social no município, de Cruz Alta, RS. Tem como objetivo verificar sua história, o surgimento da mesma, trabalhos desenvolvidos no campo social e pedagógico da inclusão, e como estas pessoas são inseridas em suas comunidades, nas escolas regulares, sem que haja preconceitos sobre as mesmas. O questionamento da sociedade moderna em relação às crianças e os jovens abandonados pela sociedade, pelas famílias e muitas vezes até mesmo pelas escolas esta sendo colocado como um dos principais problemas, produzidos pelo processo econômico globalizado. A não distribuição de renda, a falta de políticas públicas, e o abandono de grande parte da sociedade, juntamente com o preconceito, proporcionou a criação de um contingente de pessoas que vivem em extrema pobreza em todo mundo.

Neste ambiente onde a escola pretende a inclusão dos alunos, e a tentativa de incluir na sociedade, encontram-se as crianças e adolescentes da Escola Santo Antonio em Cruz Alta. A mesma trabalha atualmente com a finalidade de cumprir a Política de Proteção Especial e Garantias de Direitos, em cumprimento à Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Frente a esta realidade social indaga-se: Como as crianças e adolescentes incluídas na Conferência Vicentina vivenciam seus direitos.

Participando do espaço institucional da Escola, surgem então os seguintes questionamentos: O que é ser criança/adolescente com necessidades especiais, que direitos da criança/adolescente com necessidades especiais estão sendo violados, o que eles desejam para as suas vidas, qual o significado da escola e dos projetos

¹ Rodinei de Morais Marques; Trabalho de Conclusão de pós graduação em Educação Inclusiva. Universidade Castelo Branco



desenvolvidos para eles, qual a relação entre o que eles querem para suas vidas, e o que a escola oferece.

Metodologia

Segundo Gil (1999), “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

A pesquisa se caracteriza do tipo exploratória, pois todos os dados coletados serão analisados para a descrição das atividades observadas.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. (GIL, 1999).

Estas observações ocorreram junto com a comunidade carente e no desenvolvimento da atividades relacionadas junto na Conferência Vicentina.

Conclusão

Este trabalho desenvolveu-se mediante nosso olhar de pesquisadores, onde procurava conhecer, como se estabelecia às relações das pessoas com necessidades especiais no sistema Especial de Inclusão sobre a ótica da Conferência São Vicente de Paulo em Cruz Alta.

O que levou a investigar a escola como proposta de educação inclusiva conforme a Declaração de Salamanca e seus parâmetros, conhecendo através deste, o currículo, avaliação, e as relações da escola e sua proposta político pedagógica.

Através da história da conferência sabemos que a integração de pessoas com necessidades surgiu a partir de agosto de 1942 como proposta evangelizadora desenvolvida pelos jovens da igreja católica.

Com o desenvolvimento das políticas públicas para uma educação diferenciada para um público diferenciado surge então a Educação Especial como modalidade de educação escolar, conforme decreto 20 de dezembro de 1999, formando assim uma proposta pedagógica assegurando recursos e serviços especiais, para apoiar, complementar, suplementar em alguns casos substituir a educação comum.



O papel da ação educativa é formar um cidadão que tomará parte do espaço público e não somente visa o desenvolvimento individual do aluno, sendo o objetivo maior da educação suscitar e desenvolver na criança estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade política no seu conjunto.

Resultados e discussões

Os questionamentos apresentados deste trabalho, trazem algumas questões relevantes sobre a inclusão na instituição investigada, que esta acontece pelo menos nesta escola pois todos os alunos estão frequentando uma escola regular no turno inverso e desenvolvendo atividades profissionais compatíveis com suas habilidades.

Os educadores da instituição relatam que a conferência concede autonomia para o desenvolvimento pedagógico da escola, e aplicam verbas para manutenção geral da escola e o PPP da escola é revisto sempre quando houver necessidade chamando todos os segmentos envolvidos no processo educacional especial para discussão e reformulação do mesmo.

Segundo os pais a escola trabalha com inclusão de uma forma abrangente não permitindo discriminação e conseqüentemente a inclusão se dá de uma forma ampla, sendo que a escola cumpre seu papel social em relação ao desenvolvimento dos alunos, possibilitando sua emancipação.

A direção da escola, explicam que a mesma trabalha com a inclusão na prática, pois todos os seus alunos estão em outras escolas, em turno inverso e que a manutenção da mesma conta com auxílio da prefeitura para a merenda, e com professores cedidos pela mesma, auxílio do poder judiciário com verbas referentes a penas alternativas, a mesma conta ainda com auxílio permanente da comunidade escolar que é chamada para discutir possibilidades e melhorias no PPP da escola.

A investigação desta instituição possibilitou um conhecimento aprimorado do que seja uma escola especial com proposta de inclusão, onde o sujeito é responsável pela sua emancipação e inserção na sociedade.



Referências

_____. **Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº. 7853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção.

_____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Brasília 2006.

Metodológicos da Inclusão. Curitiba IESDE, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, **Marina de Andrade.** **Metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Metodologia do trabalho científico.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica.** 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MANTOAN, M.T.E. **A integração de pessoas com Deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. Mennion, editora Senac: São Paulo, 1997. MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2004.

MEC. **Saberes e Práticas da Inclusão :** educação Infantil Introdução. Brasília, 2004.

NOGUEIRA, Mario Lucio, **Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva,** Curitiba, IESDE 2006.

NOGUEIRA, Mario Lucio, **Tópicos Especiais em Educação Inclusiva,** Curitiba, IESDE 2005.

SILVA, Suely Pereira. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão.** Curitiba IESDE 2005.